

Escola e família: a socialização dos jovens Agricultores familiares

Resultado de investigação realizada.

GT09- Estrutura social, dinâmica demográfica e da migração.

Graziela Castro Pandolfo

RESUMO

Este estudo aborda a reprodução da agricultura familiar sob a perspectiva dos jovens agricultores analisando os papéis desempenhados pela família e pela escola, enquanto instâncias socializadoras. Realizou-se uma análise qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas e grupo focal aplicado aos jovens agricultores, produtores familiares e professores nos municípios de Sobradinho e Passa Sete, na região Centro Serra do Rio Grande do Sul. Tanto os projetos juvenis quanto as estratégias familiares indicam a busca por melhores condições de vida fora da agricultura. A família contribui para o fluxo migratório juvenil através do investimento na educação formal de seus filhos e a escola colabora com o enfraquecimento do tecido social do campo ao efetuar um ensino descontextualizado com a realidade rural.

Palavras-chaves: agricultura familiar, reprodução social, socialização.

INTRODUÇÃO

Os jovens agricultores familiares são socializados pelos pais desde muito cedo no trabalho agrícola, o que se verifica é a união entre a socialização familiar e laboral, diferente da realidade enfrentada pelos jovens residentes em centros urbanos, para os quais, de modo geral, a socialização no trabalho ocorre em idade mais avançada e sem o comando da família. Apesar da relação entre família e trabalho na socialização dos jovens agricultores familiares, é importante considerar os demais agentes envolvidos na socialização desta camada social - tais como a escola e os grupos de pares - para uma compreensão mais profunda dos aspectos que envolvem a reprodução social deste grupo. É possível dizer ainda que existe uma lacuna no conhecimento acerca do processo de socialização vivenciado pelos jovens agricultores familiares, sobretudo quando se considera a importância que outras esferas sociais vêm adquirindo na vida deste grupo.

Juntamente com a família, a escola se constitui como uma das principais instâncias de socialização das novas gerações no meio rural, porém, o que se verifica na bibliografia que trata do problema é a existência de um descompasso entre a escolarização e a atividade agrícola. Para Champagne (1986), a crise da identidade camponesa estaria relacionada à imposição da escolarização. Seguindo esta linha de análise, Damasceno e Beserra (2004) afirmam que as expectativas governamentais são divergentes do que esperam as populações rurais e concluem que as escolas rurais são inadequadas para o seu meio.

O prosseguimento nos estudos pode estar associado a projetos de trabalho em atividades não agrícolas e à vida fora do meio rural, no entanto, os jovens estão conscientes da importância da educação e da profissionalização da atividade agrícola, necessária para a aplicação das novas técnicas agropecuárias, para o gerenciamento de créditos bancários e para comercialização da produção. É possível observar que há identificação, por parte dos jovens, entre os conteúdos escolares e a atividade agropecuária e que esta vem sendo reforçada pelo incremento na oferta de cursos (técnicos e de graduação) voltados para a qualificação da população rural, através da descentralização das unidades

das instituições de ensino e da disseminação dos cursos oferecidos a distância (CARNEIRO, 1998; GAVIRIA; PEZZI, 2007).

Considerando o contexto de transformações em curso no mundo rural, este estudo aborda a reprodução da agricultura familiar, analisando os papéis desempenhados pela família e pela escola, enquanto instâncias socializadoras, na construção social dos jovens agricultores. Dessa forma, a questão que se coloca é: de que modo, neste contexto de transformações no meio rural, o processo de socialização vivenciado por rapazes e moças no ambiente familiar e no ambiente escolar relaciona-se à reprodução social deste grupo.

A realização deste estudo se fundamentou em uma pesquisa qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas, realizadas com dezessete jovens agricultores familiares e com nove produtores agrícolas pais de jovens, e um grupo focal com cinco docentes de uma escola cujo público compreende jovens de famílias agricultoras.

A coleta dos dados empíricos se deu nos municípios de Sobradinho e Passa Sete, ambos situados na microrregião Centro Serra do Estado do Rio Grande do Sul. A escolha das localidades se justifica por se tratar de uma área caracterizada pela produção agrícola de tipo familiar e pela facilidade de acesso decorrente da participação em pesquisas anteriores na região.

A coleta dos dados ocorreu em duas etapas, a primeira, no mês de junho de 2011 e a segunda em novembro do mesmo ano. Partiu-se de um roteiro semiestruturado com perguntas abertas e fechadas. Prevaleram nos roteiros as questões abertas que se constituíram como perguntas-chave e quando considerado necessário foram acrescentadas novas questões com a finalidade de aprofundar temas de análise¹. Os jovens entrevistados foram localizados em escolas (municipais e estaduais), ao passo que os produtores foram indicados por um informante-chave da região que facilitou o acesso até as propriedades. Para compreender a visão dos professores sobre a problemática proposta, foi realizado um grupo focal² com docentes de uma instituição de educação básica da região. Utilizou-se como base um roteiro com questões que foram levantadas para que os cinco professores participantes do grupo discutissem em reunião que teve a duração de cerca de 60 minutos.

É oportuno salientar que se tratou de um estudo de caso e que os resultados obtidos não podem ser generalizados como emblemáticos da situação na agricultura familiar como um todo. Buscou-se aprofundar questões relativas ao processo de socialização e à formulação dos projetos de vida das novas gerações agrícolas, e não generalizar ou criar um modelo causal que defina os projetos juvenis como fruto unicamente dos aspectos analisados. Isto porque os aspectos que determinam a construção dos projetos de vida desses jovens e, por conseguinte, evidenciam as perspectivas de reprodução social deste segmento, são diversos e variam segundo a região, matriz produtiva, condição econômica e material, estrutura de oportunidades local, entre outros.

As entrevistas e os resultados do grupo focal foram analisados com o apoio da técnica de análise de conteúdo. Esse método é composto por um conjunto de técnicas de análise das

¹ De acordo com Gil (1993), a entrevista semiestruturada é guiada por um roteiro, que o investigador vai explorando ao longo de seu desenvolvimento. O pesquisador inicia a entrevista com alguns questionamentos básicos, apoiado pelas teorias que norteiam a pesquisa, ao logo da entrevista podem surgir outras questões que poderão ser aprofundadas na mesma entrevista ou posteriormente, pois os informantes podem ser submetidos a várias entrevistas visando à obtenção do máximo de informações (TRIVIÑOS, 1992).

² A entrevista em grupo focal se caracteriza por ser uma discussão conduzida a respeito de um tópico, na qual são introduzidas as questões ao conjunto de respondentes e direcionada sua discussão de forma natural e não estruturada. O objeto de análise é a interação dentro do grupo e os participantes influenciam uns aos outros através das respostas dadas durante o diálogo que vai sendo estimulado pelo moderador. Assim como a entrevista semiestruturada, o grupo focal segue um roteiro elaborado com base em perguntas relevantes e que assegurem ao pesquisador a obtenção dos resultados que pretende atingir, porém, essas questões servem de orientação ao moderador e podem ser acrescentadas ou suprimidas de acordo com a forma como vai seguindo o debate (GUIGUE; JUSTO, 2003).

comunicações, que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979).

O TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR: SOCIALIZAÇÃO, SUCESSÃO E AS PERSPECTIVAS DOS PAIS SOBRE O FUTURO DOS FILHOS

Na pesquisa realizada com os filhos de fumeiros de Sobradinho e Passa Sete, constatou-se que os dezessete entrevistados já trabalham, dezesseis na agricultura e um fora da dela. A participação no trabalho inicia muito cedo, em média aos 10 anos de idade. Soma-se à precoce inserção laboral, uma jornada diária de trabalho de aproximadamente quatro horas, jornada essa que pode ser considerada longa se observada a idade dos entrevistados (média de 15 anos), seus compromissos escolares e, sobretudo, a penosidade do trabalho agrícola.

O início das atividades laborais está associado a tarefas pertencentes ao ambiente doméstico, como a limpeza da casa, o preparo das refeições, o cuidado da horta e/ou do pomar e o trato de pequenos animais. Essas tarefas são normalmente de responsabilidade da mulher e dos jovens e são desvalorizadas em comparação com o trabalho referente à produção na lavoura (BRUMER, 2004). A desvalorização do trabalho feminino e juvenil é reproduzida pelos próprios jovens e pode ser constatada na pesquisa quando se comparou a idade em que os jovens informaram ter começado a trabalhar e, posteriormente, a idade com que iniciaram as atividades descritas acima. Há um descompasso nas informações, pois é comum os jovens informarem que começaram a realizar as tarefas domésticas, de cuidado da horta e/ou pomar e de trato dos animais, cerca de dois ou três anos antes da idade que informaram terem iniciado a trabalhar.

Os dados levantados nesta pesquisa vão ao encontro de estudos que demonstram (WEISHEIMER, 2009) a intensa participação dos jovens nas atividades laborais da unidade de produção e seu inexpressivo comparecimento nas decisões dos estabelecimentos. Conforme mencionado acima, todos os entrevistados desenvolvem algum trabalho na propriedade de seus pais, porém, quando indagados sobre sua participação numa lista de nove atividades de gestão, cinco entrevistados afirmaram não participar de nenhuma delas; outros cinco jovens participam apenas de uma tarefa de gestão do estabelecimento, sendo que para quatro destes a tarefa corresponde à participação nas decisões das compras domésticas. Com base nos dados referidos, conclui-se que a participação juvenil nas tomadas de decisões é pequena e, assim como as demais atividades laborais, está mais fortemente associada ao ambiente doméstico do que à gestão da lavoura.

Tabela 01 – Participação no trabalho

Atividade	Participa		Não participa		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Atividades domésticas	15	88,2	2	11,8	17	100,0
Cuidar da horta	11	64,7	6	35,3	17	100,0
Cuidar do pomar	6	40,0	9	60,0	15	100,0
Plantio	9	52,9	8	47,1	17	100,0
Colheita	9	56,3	7	43,8	16	100,0
Cuidar dos animais	12	70,6	5	29,4	17	100,0
Aplicar agrotóxicos	2	11,8	15	88,2	17	100,0
Consertos da casa, galpão ou estábulo	7	41,2	10	58,8	17	100,0
Embalagem de produtos	3	20,0	12	80,0	15	100,0
Limpeza de chiqueiros	5	31,3	11	68,8	16	100,0
Manutenção da lavoura ou estufa	5	33,3	10	66,7	15	100,0
Preparo do solo para o plantio	5	29,4	12	70,6	17	100,0
Tirar leite	3	20,0	12	80,0	15	100,0
Transformação de alimentos	4	28,6	10	71,4	14	100,0
Tratar o gado ou suínos	8	50,0	8	50,0	16	100,0
Tratar pequenos animais (aves)	9	56,3	7	43,8	16	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Tabela 02 – Participação nas atividades de gestão do estabelecimento

Atividades	É o responsável		Participa		Não participa		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Comprar insumos	0	0,0	4	23,5	13	76,5	17	100,0
Decidir o que comprar para casa	1	5,9	9	52,9	7	41,2	17	100,0
Decidir o que plantar	1	5,9	5	29,4	11	64,7	17	100,0
Decidir sobre os investimentos	1	5,9	4	23,5	12	70,6	17	100,0
Movimentar dinheiro no banco	1	5,9	2	11,8	14	82,4	17	100,0
Falar com o técnico agrônomo	1	5,9	5	29,4	11	64,7	17	100,0
Reuniões do sindicato ou cooperativa	0	0,0	3	17,6	14	82,4	17	100,0
Tirar financiamento no banco	0	0,0	2	11,8	15	88,2	17	100,0
Vender a produção	0	0,0	4	23,5	13	76,5	17	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A pesquisa com os fumicultores de Sobradinho e Passa Sete identificou uma situação distinta do que constataram outros estudos acerca das perspectivas educacionais dos agricultores em relação a seus filhos (BRUMER, 2000; SIQUEIRA 2004), uma vez que os produtores entrevistados desejam que seus filhos continuem seus estudos, o que pode ser um indício de que os próprios produtores estejam começando a reconhecer a importância da educação formal para o desempenho da atividade agrícola. Outro fator que pode ter influência neste resultado, diz respeito à oferta educacional disponível na localidade que diferente da maioria das regiões rurais que não contam com instituições de ensino

superior nas proximidades, Sobradinho possui duas instituições que juntas oferecem quatorze cursos superiores atualmente.

Todos os pais entrevistados consideram importante que seus filhos estudem, independente da profissão que irão seguir. De forma geral, a importância é atribuída às oportunidades de trabalho e a melhoria das condições de vida no futuro.

“É importante que eles estudem para que depois tenham alternativas de trabalho, que possam escolher se querem ficar na agricultura ou ir para a cidade. Se o jovem não estuda só lhe resta continuar no trabalho agrícola, não tem escolha.”
(O. S., sexo masculino, 51 anos, Sobradinho).

“Quem não tem estudo não continua bem nem na roça nem fora dela. O estudo hoje é muito importante para qualquer trabalho”.
(N. W., sexo masculino, 50 anos, Sobradinho).

Os produtores também foram indagados sobre o nível de escolarização que pretendiam para seus filhos, segundo o sexo e se o filho(a) vai ou não permanecer na agricultura. Independente do sexo ou do prosseguimento no trabalho agrícola, os produtores desejam que seus filhos(as) concluam pelo menos o Ensino Médio. A relação entre a continuidade ou não na atividade agrícola altera o nível de escolarização almejado para os filhos, assim, para aqueles filhos que não vão continuar na agricultura o nível de estudo esperado é maior. Os pais também desejam que as filhas alcancem uma formação escolar superior a dos filhos homens, já que a proporção de moças que sairão da agricultura é superior a dos rapazes.

A importância atribuída pelos agricultores ao ensino formal foi reforçada pelos entrevistados em diversos momentos ao longo das entrevistas, no entanto, eles também ressaltaram a necessidade das escolas se adequarem ao ambiente rural e oferecerem disciplinas e conteúdos que contemplem os conhecimentos necessários ao desenvolvimento da atividade agrícola.

“Atualmente as escolas já incentivam a agricultura, mas poderia ter algumas atividades de técnicas agrícolas e cursos técnicos na agricultura.”
(N. W., sexo masculino, 50 anos, Sobradinho).

Independentemente do destino profissional do filho(a), os agricultores entrevistados acreditam que a inserção das crianças e dos jovens nas atividades da lavoura faz parte da educação que é de responsabilidade da família e representa uma forma de transmissão de hábitos e valores que consideram fundamentais na formação de seus filhos. A socialização dos jovens na atividade laboral das unidades de produção familiar faz parte da tradição das famílias agricultoras e é concebida pelos produtores como uma forma de preparar seus filhos para a vida profissional futura, mesmo que fora da agricultura. Segundo os entrevistados, além de contribuir para que os jovens adquiram hábitos considerados saudáveis, a socialização dos jovens no trabalho também é considerada como uma forma de evitar problemas como a indisciplina, a preguiça e a falta de valorização do trabalho, contribuindo para o êxito profissional dos jovens tanto na agricultura, como fora dela. Dessa forma, é possível afirmar que a inserção dos filhos desde cedo nas atividades laborais da unidade de produção familiar faz parte das estratégias dos pais para a reprodução social da família, sem se limitar a reprodução do estabelecimento agrícola, uma vez que visam à formação de bons profissionais, aptos ao trabalho e disciplinados, que terão facilidade para se inserir no mundo do trabalho dentro ou fora da agricultura familiar.

Em resumo, o que se observa a partir das entrevistas com os agricultores familiares dos municípios de Sobradinho e Passa Sete é a preocupação em relação à estabilidade financeira dos filhos no futuro e a compreensão de que o estudo formal é fundamental para o alcance de resultados positivos, independente da profissão escolhida pelos filhos. O desejo de que haja entre os filhos um sucessor para o estabelecimento da família também está presente no imaginário dos entrevistados, porém, as dificuldades para que isso aconteça são reconhecidas. A satisfação de ver a continuidade do patrimônio construído através do trabalho familiar concorre com a realização de ver os filhos bem sucedidos, mesmo que em outra profissão. Os problemas relatados para se manter na atividade agrícola também despontam os pais quando pensam na sucessão do estabelecimento:

“O que eu espero para os meus filhos é que eles tenham um futuro tranquilo. Que não passem pelas dificuldades que passamos nessa vida. Eu estimulo eles nos estudos porque sem estudar não se consegue mais nada na vida. Não importa se vai ficar na roça ou se vai trabalhar na cidade, o estudo é importante em qualquer lugar. Então eu estimulo que estudem pra terem mais oportunidade. Claro que eu gostaria de ver um dos meus filhos continuar o nosso trabalho, eu falo pro guri, mas não sei. Ele ainda é novo e gosta de estudar e também na agricultura a coisa está muito complicada, não está dando dinheiro; a gente trabalha pesado e não vê a cor do dinheiro. O preço do fumo está cada ano pior, agente não vê melhorar. Então as vezes eu penso: o que adianta insistir pra eles ficarem na roça se for pra ter uma vida difícil?”

(N. P., sexo masculino, 59 anos, Sobradinho).

A ESCOLA COMO INSTÂNCIA SOCIALIZADORA

Os jovens entrevistados foram abordados nas escolas da rede Estadual de Ensino nos municípios de Sobradinho e Passa Sete, portanto, todos estão estudando atualmente. As escolas frequentadas pelos entrevistados estão localizadas na sede dos municípios citados e a distância percorrida pelos entrevistados para se deslocar da residência até o estabelecimento de ensino varia bastante, enquanto alguns percorrem apenas um quilômetro entre a sua casa e a escola, outros precisam se deslocar vinte quilômetros para chegar até a instituição de ensino. Em média os jovens residem a 5,8 km de distância da escola e esse trajeto é efetuado através de transporte escolar disponibilizado pelos municípios.

Uma parte dos entrevistados (seis deles) está na oitava série do Ensino Fundamental, enquanto a maioria frequenta o Ensino Médio (dez estão no primeiro ano do Ensino Médio e um está no segundo ano da mesma etapa de ensino).

O índice de repetência entre os participantes da pesquisa pode ser considerado elevando, pois 47,1% já repetiram o ano alguma vez. A defasagem no acompanhamento escolar pode estar relacionada às atividades laborais a que estão submetidos os jovens pesquisados, já que o tempo disponível no turno inverso ao da escola é dividido entre as tarefas escolares e o trabalho na propriedade de seus pais. Além disso, o cansaço físico e a ausência às aulas para ajudar no trabalho agrícola também foram relatados pelos entrevistados.

Ao serem questionados sobre o tempo dedicado ao estudo quando estão fora da escola, a maior parte dos jovens informou que costuma dedicar uma parcela de seu dia para fazer as tarefas escolares, em média os jovens dedicam 1,6 horas por dia para os estudos fora da escola. Com base nas respostas fornecidas pelos jovens é possível identificar uma relação entre o tempo dedicado aos estudos e os

resultados escolares, pois os jovens que já repetiram o ano dedicam no máximo uma hora de seu dia aos estudos enquanto aqueles que nunca foram reprovados estudam entre duas e três horas diariamente.

Poucos jovens participam de atividades extracurriculares, somente três afirmaram existir este tipo de atividade em sua escola e participar delas, sendo capoeira a atividade citada por estes jovens. Ao serem solicitados a opinar sobre a possibilidade de introdução e/ou ampliação de algumas atividades (esporte, literatura, desenho ou pintura, música, brincadeiras ou jogos, estudo de português, estudo de matemática, estudo de ciências, estudo de história, estudo de língua estrangeira, práticas agrícolas, informática, artesanato, educação profissional, empreendedorismo, estudo de contabilidade, finanças e comércio) nas escolas, os jovens demonstraram interesse pela maior parte das propostas, o que pode ser interpretado como um reflexo da deficiência de atividades extracurriculares disponíveis a esta população.

Os professores foram entrevistados através de um grupo focal do qual participaram cinco docentes de uma escola da rede Estadual em Sobradinho. Os participantes do grupo lecionam as seguintes disciplinas: história, geografia, inglês, química e física. São todos do sexo feminino, com idades que variam de 31 a 52 anos (média de 45 anos).

De acordo com os professores, não há mais diferença entre os alunos da cidade e os de zonas rurais. Os alunos do meio rural já tem acesso aos mesmos recursos que os da cidade e, por isso, têm a mesma capacidade.

- Com a expansão dos meios de comunicação e a difusão das novas tecnologias não se percebe mais a diferença de quem é da zona urbana e da zona rural.
(S.S., sexo feminino, 52 anos, professora em Sobradinho).

Segundo o grupo, o preparo para o exercício da cidadania e a capacitação para a inserção profissional são os principais papéis da escola no que se refere à formação das novas gerações. Os docentes ressaltam ainda que a escola deve conduzir o aluno na busca de seu espaço na sociedade, mostrando-lhes as opções e os caminhos para que façam suas escolhas. No entanto, as escolas estão pouco preparadas no que diz respeito à formação para o mercado de trabalho, pois dispõem de poucos recursos e estão distanciadas da realidade.

“O ensino está distanciado da realidade. As mudanças estão muito rápidas e a escola não consegue acompanhar estas mudanças. A falta de investimento na estrutura escolar e até na capacitação dos professores também piora a situação, por isso eu digo que a escola não prepara o aluno de forma eficaz para entrar no mercado de trabalho. Se o aluno não buscar alternativas de capacitação ele não se insere no mundo do trabalho ou vai ter uma ocupação pouco valorizada.”

(R. D., sexo feminino, 40 anos, professora em Sobradinho).

Os professores não chegaram a um consenso sobre a adequação dos conteúdos disciplinares ao público atendido pela escola. Para os professores, há um impasse na formação de alunos capazes de ingressar em cursos superiores, pois é preciso escolher entre a abordagem dos conteúdos estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o investimento em questões de conhecimento local. Apesar de divergirem quanto ao que consideram que deveria ser trabalhado nas escolas, eles são unânimes ao afirmarem que a escola hoje desenvolve os conteúdos amplos estabelecidos nacionalmente.

Apresentou-se aos docentes uma série de itens para que opinassem sobre a necessidade de inclusão na escola (escola em turno integral, reforço em língua portuguesa, reforço em matemática,

aprendizagem de língua estrangeira, ensino de música e dança, aprendizagem de práticas agrícolas, aprendizagem de contabilidade e/ou administração e aprendizagem de informática). Com exceção da escola em turno integral e da aprendizagem de práticas agrícolas, a inclusão dos demais itens foi considerada importante pelos docentes. A rejeição pela aprendizagem de práticas agrícolas foi justificada pela necessidade de implementação de escolas técnicas, que segundo os professores, seria o local adequado para o ensino prático desta e de outras profissões.

Segundo Altusser (1971), entre os papéis atribuídos à escola, encontra-se a reprodução da força de trabalho, uma vez que esta não ensina apenas as habilidades básicas, mas também as regras de comportamento e atitudes adequadas às posições para as quais as novas gerações são destinadas. No caso aqui estudado observa-se um despreparo da escola no que se refere à formação para o trabalho agrícola, já que as escolas não dispõem de estrutura adequada para as atividades práticas relacionadas ao ambiente agrícola e nem de profissionais capacitados para desenvolver estas habilidades nos discentes. Há um descompasso entre a escolarização e a realização de atividades agrícolas, como se o investimento em uma fosse a negação da outra.

REPRODUÇÃO SOCIAL: OS PROJETOS DE VIDA E AS AVALIAÇÕES

Os jovens entrevistados apresentam percepções positivas acerca do modo de vida no meio rural, a vida no campo foi associada à natureza e à tranquilidade características deste ambiente, e embora ainda não tivessem sido questionados diretamente sobre as atividades laborais, os jovens destacaram como fator negativo do meio rural a penosidade do trabalho agrícola. O modo de vida dos pais foi também avaliado positivamente por todos os jovens e os fatores destacados foram: o desenvolvimento de um trabalho do qual gostam e a possibilidade de produção de alimentos para a subsistência.

Quanto ao trabalho na agricultura familiar, pouco mais da metade (54,5%) dos jovens o considera bom e o restante (45,5%) avaliou como regular. Para os jovens, o trabalho na agricultura familiar exige muito esforço físico, está sujeito aos rigores do clima e possibilita pouco retorno financeiro; em contrapartida, podem produzir para o consumo, há liberdade quanto à tomada de decisões e ao horário de trabalho, além de não ter um patrão a quem se submeter.

“O que tem de vantagem é que podemos produzir os alimentos e não precisamos comprar.”

(G. M., sexo feminino, 15 anos, Sobradinho).

“O que tem de ruim é que o trabalho tem que ser feito na chuva ou no sol.”

(M. C., sexo feminino, 14 anos, Sobradinho).

Entre os aspectos analisados a respeito da vida no meio rural, as opções de lazer obtiveram as piores avaliações, os jovens afirmam existir opções de lazer nas comunidades, tais como festas e eventos esportivos, mas se queixam da regularidade com que ocorrem e da pouca diversidade de opções.

“Aqui é muito ruim para os jovens, não tem quase nada. Quando tem festa são sempre as mesmas pessoas e fora isso não tem outra coisa. Eu gosto de ir para Santa Cruz, tenho meus tios que moram lá e minha prima que tem a mesma idade que eu. Quando vou pra lá eu saio com ela em vários lugares. É quando eu aproveito pra fazer coisas diferentes,

ir no shopping, cinema, essas coisa porque aqui não tem nada disso. Aqui eu fico mais em casa mesmo ou saio pra encontrar minhas amigas, mas é sempre a mesma coisa. (P. H., sexo feminino, 15 anos, Sobradinho).”

De acordo com Weisheimer (2009), o projeto de escolarização pode ser compreendido como uma orientação de mobilidade dos jovens em curto prazo e permite que se identifique a lógica de ações sobre a qual se estruturam suas trajetórias possíveis estando relacionada às suas próprias motivações ou ausência delas. Os projetos de escolarização revelam ainda a incorporação, por parte dos atores, das regras do jogo na qual a fidelidade e o pertencimento ao grupo se traduzem no que os jovens projetam para si e que tende ser a confirmação do que se espera que eles façam (WEISHEIMER, 2009, p. 270).

Os dados obtidos através do trabalho de campo em Sobradinho e Passa Sete demonstram uma forte valorização da educação formal por parte dos jovens agricultores familiares e uma relação entre a valorização da escolarização e a busca de sucesso profissional e a melhoria das condições de vida no futuro.

“Eu acho importante estudar porque sem estudo hoje em dia não somos ninguém, precisa de estudo pra tudo hoje. Então, se quisermos ter um bom emprego e um bom futuro, temos que seguir estudando.”
(J. S., sexo masculino, 15 anos, Sobradinho).

Chamaram a atenção os projetos educacionais formulados pelos entrevistados, uma vez somente dois jovens não têm como plano a realização de um curso superior. Os projetos educacionais estão intimamente relacionados aos projetos profissionais construídos por estes jovens e à rejeição maciça ao trabalho agrícola como profissão a ser desenvolvida no futuro.

Somente dois jovens pretendem continuar na agricultura familiar, eles são do sexo masculino, porém, mesmo entre os rapazes prevalece a preferência por outra profissão, pois os cinco restantes afirmaram não querer esta atividade. Entre as carreiras pretendidas foram citadas: medicina, direito, engenharia civil, jornalismo, veterinária, jogador(a) de futebol, professor(a) e inspetor(a) de polícia.

Fatores não analisados neste estudo podem contribuir para formulação de projetos juvenis que rompem com a continuidade na atividade agrícola, como o tipo de produção, o tamanho dos estabelecimentos agrícolas e as condições materiais das unidades de produção. Conforme Patrick Champagne (1986), a possibilidade de um jovem francês suceder o pai na atividade agrícola é maior entre às famílias que detém maior proporção de terra. Abramovay et al (1998) constatam, em pesquisa realizada no Oeste de Santa Catarina, que era mais frequente a ocorrência de estabelecimentos com a sucessão encaminhada entre àquelas famílias que apresentavam melhores condições de renda e padrão de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados empíricos permitiu que se chegasse a uma série de resultados, no entanto, é oportuno salientar que tais resultados não são passíveis de generalização para o universo da juventude agrícola do Estado, uma vez que as características locais que abrangem as questões materiais, a matriz produtiva, as condições de trabalho, a estrutura de oportunidades, a faixa etária, entre outras, podem interferir nas questões analisadas neste estudo. O intuito foi o de aprofundar a análise do objeto e não o de imprimir generalizações ou estabelecer um modelo causal.

Como se pode observar, vislumbra-se um ambiente rural em que as perspectivas de continuidade das atividades agrícolas estão fortemente comprometidas em função da crise na sucessão dos estabelecimentos familiares. Tanto os projetos juvenis quanto as estratégias familiares, demonstradas nas opiniões dos pais, indicam a busca por melhores condições de vida fora da agricultura. Se a família já não possui mais o monopólio do processo de socialização das novas gerações – fator já citado em outros estudos como motivo para a migração juvenil – destaca-se aqui que ela pode justamente atuar no sentido inverso, contribuindo para o próprio fluxo migratório, uma vez que há um significativo investimento educacional nos filhos com vistas à mobilidade social.

E mesmo a socialização no interior do núcleo familiar, orientada para a inserção laboral na atividade agrícola, pode adquirir o sentido de educar o jovem para a vida fora da agricultura. Este dado chama atenção por que até então se associava a socialização no trabalho agrícola apenas ao esforço pelo desenvolvimento da vocação agrícola entre os sucessores. Para além da manutenção desta vocação, a inserção no trabalho referenda valores como a disciplina, o comprometimento e a assiduidade, ou seja, hábitos que facilitam a inserção e êxito também no mundo do trabalho não-agrícola. Logo, esse processo de socialização revela uma estratégia de reprodução familiar, tanto na agricultura quanto fora dela.

A escola, por sua vez, colabora para o desagregamento do tecido social do campo ao proporcionar um ensino descontextualizado com a realidade rural. Nos casos analisados, percebeu-se não somente a ausência de uma transposição didática dos conhecimentos escolares à realidade dos jovens agricultores, como também um baixo incentivo à utilização dos conhecimentos escolares nos estabelecimentos familiares. Assim, as pré-noções e os conhecimentos adquiridos no trabalho são desconsiderados nos processos de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que os conhecimentos “formais”, desenvolvidos em sala de aula, são pouco aproveitados no dia-a-dia do trabalho nas unidades produtivas familiares.

O incentivo ao empreendedorismo juvenil no que se refere ao trabalho agrícola, que poderia ser a base da inovação e desenvolvimento das comunidades rurais, é desconsiderado no programa de ensino, o que denota a desvalorização da agricultura, de modo geral, como alternativa profissional dos jovens que buscam níveis médios e avançados de escolarização. Contribui para este antagonismo entre escolarização e desenvolvimento da agricultura, ainda, o fechamento de escolas em comunidades rurais - o que em muitos casos obriga os jovens a grandes deslocamentos até centros urbanos - e a limitação na oferta do ensino técnico-profissional voltado para a agricultura, pecuária ou agroindústria, que qualificaria significativamente a mão-de-obra da agricultura familiar, colaborando não só para a fixação do jovem no campo como também para o aumento da produtividade e geração de renda.

Neste cenário de condições adversas à continuidade da atividade agrícola, observamos os papéis da escola e da família, que podem atuar no sentido de reafirmar a tradição agrícola quanto no sentido de romper com este modo de produção. Nos municípios observados, a segunda tendência é a que se vislumbra. Trata-se de duas dimensões que atuam conjuntamente a outros fatores, de ordem econômica, política e social, o que torna complexa e dinâmica as análises sobre o fluxo migratório juvenil, suscitando um esforço constante por mensurá-los em tempos e espaços distintos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 101p.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. In: *Lenin and Philosophy and other Essays*. Rio de Janeiro, Graal, 1971.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

_____ ; ROSAS, Eduardo Nunes L.; WEISHEIMER, Nilson. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: **X Congresso da International Rural Sociology Association (IRSA)**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Gênero e Agricultura familiar: a situação da mulher na agricultura familiar do Rio Grande do Sul. In: **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro. Vol.12, n. 1 (jan. 2004), P. 205-227.

CARNEIRO, Maria José. O ideal *rurbano*: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Et alii (orgs). **Mundo Rural e Política**; ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 97-117.

CHAMPAGNE, Patrick. Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa. Tradução do texto “Elargissement de l’espace social et crise de l’identité paysanne”. **Cahier d’Economie et Sociologie Rurales**, n.3, déc.1986, p.73-89.

DAMASCENO, Maria N.; BESERRA, Bernardete. Estudos sobre a educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, Vol. 30, n. 1, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 dez 2010.

GAVIRIA, Margarita Rosa; PEZZI, Silvane Maria. O poder simbólico da renda na mobilização social de jovens de comunidades rurais. In: MENASCHE, Renata (org.). **A agricultura familiar à mesa**; saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.43-57.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIGUE, Jean; JUSTO, Hirã. **Pesquisa Qualitativa através de focus group**. Porto Alegre: Evangraf, 2003.

SIQUEIRA, Luisa Helena Schwants. As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS: Porto Alegre, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS: Porto Alegre, 2009.